

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Ministério do Trabalho vai criar índice para medir taxa real do desemprego

24/05/2011

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, disse, esta semana, que o governo precisa de uma “fotografia mensal” do emprego formal em todo o país, para orientar as políticas públicas da área. Para isso, segundo Lupi, o Ministério do Trabalho vai criar até o final do ano a Taxa de Emprego Real, que vai revelar esse cenário e contribuir para as decisões do governo relacionadas a seguro-desemprego e à qualificação do trabalhador, por exemplo.

A composição do novo índice, que ainda está em fase de estudo, vai considerar informações que já existem no banco de dados do ministério. Uma das fontes será o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), com informações sobre admissões e demissões, fornecidas, mensalmente, por mais de 7,3 milhões de empresas. A taxa também vai considerar dados das 3 mil agências de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

“Do cruzamento dessas informações vamos ter uma taxa de desemprego formal real, ou seja, vamos saber quem está procurando emprego, que tipo de emprego está faltando, qual emprego está surgindo, quem tem qualificação, onde está faltando qualificação e o que o trabalhador busca”, ressaltou o ministro.

Para Lupi, o novo índice não se chocará com a taxa de desocupação divulgada atualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“O IBGE trabalha com pesquisas e trabalhamos com dados da fotografia real de todo o Brasil. O IBGE trabalha com regiões metropolitanas. Esse dado [Taxa de Emprego Real] vai dar uma fotografia das 27 unidades da Federação”, destacou. “São questões diferentes, dados diferentes e momentos diferentes. Os dados do Caged e do Sine são do que acontece no mercado de trabalho”, ponderou Lupi.

O levantamento feito pelo IBGE – divulgado desde 1980 e que passou por uma revisão em 2002 atender a orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – considera os dados da

Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que é feita em seis regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo). Essa taxa revela informações sobre mercado de trabalho em curto e médio prazos, comparando os resultados mês a mês e ao mesmo mês de anos anteriores.

O gerente da PME, Cimar Azeredo, disse que “hoje é visível a necessidade de um índice nacional”, por causa das mudanças ocorridas no país desde 1980, como a maior distribuição do emprego. “Você tem Manaus com força maior, o Centro-Oeste, que não tem nenhuma unidade de Federação incluída no índice”, exemplificou.

“Hoje a gente consegue ter dados uma vez por ano pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [Pnad, pesquisa nacional que revela níveis de rendimento e ocupação e geração de postos com carteira de trabalho]. Mas não é uma pesquisa conjuntural”, disse ele, que é representante do IBGE no grupo formado pela OIT que reúne cinco países em torno do debate sobre trabalho decente.

Azeredo, porém, lembra que o IBGE já indicou a intenção de ampliar o levantamento sobre a taxa de desocupação. O instituto vem desenvolvendo um estudo para tornar esse índice trimestral, com divulgação mensal sobre capitais, e com abrangência de todo o país, incluindo as áreas urbana e rural. Segundo ele, o projeto está sendo desenvolvido com a participação da sociedade, de acadêmicos e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e vai passar a oferecer um cenário nacional. Mas será mantida a característica que o levantamento já traz hoje, que é um cenário mais geral do mercado.

“O Caged, por exemplo, é uma pesquisa que só considera emprego registrado. No caso das pesquisas domiciliares, a gente atinge não só emprego com carteira assinada, mas emprego informal também, cuja parcela no país é bastante expressiva”.

“[Com a pesquisa domiciliar] eu pego tanto o rendimento daquela pessoa que trabalha numa barraca de praia, quanto de um empresário, de um funcionário público, de um policial ou jornalista. Essa é a grande vantagem da pesquisa domiciliar que tem uma penetração no cenário da ocupação de uma forma geral sem fazer restrições sobre o trabalho registrado ou não registrado”, completou Azeredo.